Como chegamos aqui?

Medo e ressentimento na sociedade pré-Gilead

How did we get here?

Fear and resentment in the pre-Gilead society

Lucas Demingos de Oliveira*

RESUMO: A segunda década do século XXI evidenciou uma virada populista no cenário político mundial, articulando uma retórica de construção de *povo* e, em alguns casos, um *antipovo*. A literatura não se isenta dessas preocupações, elaborando-as através de suas próprias estratégias narrativas, produzindo novos contextos especulativos que ensejam explorar as inúmeras possibilidades que o presente apenas sugere. O presente artigo busca refletir sobre como as narrativas *Os Testamentos* (2019) e *O Conto da Aia* (2017) apresentam a emergência de um regime fascista dentro de uma democracia considerada sólida. Para isso, procura-se reconstruir o contexto prévio à emergência do regime, procurando-se compreender as operações retóricas utilizadas para traduzir medo e frustração em ressentimento e vitimização.

PALAVRAS-CHAVE: fascismo; populismo; literatura; Margaret Atwood.

ABSTRACT: The second decade of the 21st century highlighted a populist swing in the global political scenario, articulating a rhetoric of the construction of *people* and, in some cases, an *anti-people*. Literature is not exempt from such concerns, elaborating them through its own narrative strategies, producing new speculative contexts intending to explore the innumerable possibilities that the present can only suggest. This paper aims at reflecting on how the narrative *The testaments* (2019) and *The handmaid's tale* (1996) present the emergence of a fascist regime inside a solid democracy. To this end, this paper seeks to reconstruct the context prior to the emergency of the regime, trying to understand the rhetorical operations used to translate the fear and the frustration into resentment and victimization.

KEYWORDS: fascism; populism; literature; Margaret Atwood.

* Doutorando em Teoria, Crítica e Comparatismo pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui título de Mestre pela mesma universidade. E-mail: lucasdemingos@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4121-3243>.

1 Introdução

A segunda década do século XXI evidenciou uma virada populista no cenário político mundial que articula — a partir de certas particularidades de cada nação e/ou região — uma retórica de construção de *povo* e, em alguns casos, um *antipovo*. Diversos autores têm buscado diagnosticar e alertar sobre esse retorno ao populismo, por vezes compreendendo-o como uma construção discursiva que pode desencadear tanto a expansão de democracias quanto regimes autoritários, distinguindo o populismo de esquerda do populismo de direita (MOUFFE, 2018). Ou, por vezes, compreendendo-o como uma patologia da democracia que deve ser combatida, pois é invariavelmente autoritário, minando participação e representação política (COHEN, 2019; ZURN, 2018¹).

Na esteira do ressurgimento do populismo, ainda há a assombração e o risco de um retorno a regimes fascistas, o que já vem sendo vislumbrado por meio de traços e práticas fascistas que nunca saíram completamente de cena do palco político global. Em *From Fascism to Populism in History*, Federico Finchelstein (2017, p. 20, tradução minha) aponta que o populismo pode ser entendido como um regime que reformula e reorienta o fascismo, emergindo após a Segunda Guerra Mundial, no qual a “democracia é desafiada, mas não destruída”². Contudo, o populismo, enquanto democracia autoritária, carrega sempre a possibilidade de um retorno ao fascismo.

A literatura não se isenta dessas preocupações, embora as elabore através de suas próprias estratégias e técnicas narrativas. Utilizadas para produzir novos contextos especulativos, elas ensejam explorar as inúmeras possibilidades que o presente apenas sugere, sejam elas mais ou menos prováveis. Nesse contexto, destacam-se textos que, como Walter Benjamin (2013, p. 9) defende, “não pode[m] ter a pretensão de se desenvolver num âmbito estritamente literário — essa é antes a expressão habitual da sua esterilidade”. São, portanto, obras que apresentam algo novo e que se projetam para a vida, para o político; que

¹ Artigo a ser publicado em *Recognition: Its Theory and Practice*. ed. Heikki Koskinen, 2020.

² Do original, “democracy is challenged but not destroyed”.

“responde[m] às solicitações do momento” (BENJAMIN, 2013 p. 9) e se tornam uma ferramenta valiosa na compreensão desses mesmos momentos.

Lançado em 2019, o romance *Os Testamentos*, de Margaret Atwood, marca um retorno da autora ao cosmos inaugurado em *O Conto da Aia*, de 1985, no qual parte dos Estados Unidos da América se tornou a República (teocrática) de Gilead. A nova incursão, que se passa quinze anos após os eventos narrados em *O Conto da Aia*, apresenta-se através de três narrativas que se entrelaçam e se complementam: a de Agnes, a filha de um comandante de Gilead; Daisy, que cresceu no Canadá; e Tia Lydia, uma das arquitetas e reguladoras dos papéis das mulheres em Gilead.

O presente artigo busca refletir sobre como as narrativas apresentam a emergência de um regime fascista dentro de uma democracia considerada sólida. Primeiramente, são delineados os traços fundamentais de um regime fascista e totalitário, com base em Jason Stanley (2018) e Hannah Arendt (2004, 2012), aproximando-os das características de Gilead, ilustradas pelas narrativas. Em seguida, com base principalmente em *Os Testamentos* (2019) e, particularmente, nas confissões da personagem Tia Lydia, são reconstruídas as operações retóricas do contexto prévio ao surgimento de Gilead. Argumenta-se que, no contexto pré-Gilead, medo, frustrações e violência são mobilizados por uma retórica fascista e traduzidos em ressentimento e vitimização e, posteriormente, são gradualmente preenchidos de conteúdo radicalmente exclusionário, como xenofobia, racismo e misoginia. O objetivo dessa retórica é produzir zonas de sujeitos abjetos, o antipovo, e, por conseguinte, formar o povo, puro e incorruptível. Dessa forma, legitima-se a fundação violenta de Gilead.

2 O fascismo de Gilead

Os Testamentos (2019) e *O Conto da Aia* (2017) se passam em um futuro indeterminado, na República de Gilead, uma teocracia fascista e totalitária que compreende uma parte do território que previamente compôs os Estados Unidos da América. É possível caracterizar o regime de Gilead como fascista de acordo

com alguns dos aspectos propostos por Jason Stanley em *Como funciona o fascismo* (2018).

Gilead é uma república ultranacionalista, que utiliza uma retórica específica em que um passado mítico e puro é resgatado/criado; nele, “uma versão extrema da família patriarcal reina soberana” (STANLEY, 2018, p. 19); embora não haja um líder supremo em Gilead, seu governo organiza-se em torno das figuras masculinas chamadas Comandantes, que figuram como pais e representam a voz de Deus; Gilead inaugura um povo incorruptível em oposição a um antipovo degenerado, ao qual persegue e extermina; a realidade é sistematicamente distorcida e recriada por meio de propaganda, mas também via tortura; o anti-intelectualismo se manifesta pelo fechamento permanente de todas as universidades e pela proibição da alfabetização das mulheres; cria-se um ambiente em que a ansiedade sexual é elevada ao terror absoluto, ensinando as jovens que os homens não são capazes de se controlar e que, embora estupro seja crime capital, é dever delas não seduzi-los; por fim, Gilead existe pois o regime anterior é corrupto, degenerado e ilegítimo, e somente Gilead representa a voz do povo e de Deus (ATWOOD, 2019; STANLEY, 2018).

Segundo Hannah Arendt (2004, p. 95), “as formas totalitárias de governo e as ditaduras no sentido habitual da palavra não são a mesma coisa, [...] [as ditaduras] significam o fim da liberdade política, mas a vida privada e a atividade não política não são necessariamente afetadas”. Nada descreve a vida em Gilead tão bem como o seguinte trecho de Arendt:

Além disso, a dominação total se estende a todas as esferas da vida, e não apenas à da política. A sociedade totalitária, em oposição ao governo totalitário, é na verdade monolítica; todas as manifestações públicas, culturais, artísticas e eruditas, e todas as organizações, os serviços sociais e de bem-estar, até os esportes e o entretenimento, são “coordenados”. (ARENDT, 2004, p. 96)

Gilead, desse modo, não é meramente um regime ditatorial, mas um regime totalitário que decide o que pode e não pode ser dito, feito e pensado. Não há nada em Gilead que não seja regulado e determinado pelo regime: “a República de Gilead, dizia Tia Lydia, não conhece fronteiras. Gilead está dentro de você” (ATWOOD, 2017, p. 34).

Os dois romances de Atwood são narrados por mulheres e, portanto, tem-se acesso a Gilead da perspectiva de personagens que são apenas parcialmente reconhecidas como sujeitos, ou mesmo não-reconhecidas. Assim, tanto as transformações políticas e culturais ocorridas desde antes do estabelecimento de Gilead quanto as posteriores a ele são narradas por sujeitos isolados, que experienciam tais eventos de modo completamente imerso e implicado — embora poucas deles conheçam os processos políticos por trás de tais mudanças. As narrativas da autora privilegiam, primeiramente, a estratégia de mostrar Gilead através de percepções e de ações que induzam a interpretações, para depois contar, isto é, descrever e explicar seu funcionamento.

O retorno de Atwood ao cosmo de Gilead em *Os Testamentos* (2019) é marcado precisamente por revelar certos aspectos formativos da organização institucional e simbólica do regime, principalmente por meio das *confissões* de Tia Lydia. Até então, com base em *O conto da Aia*, eram poucos e vagos os relatos sobre como Gilead emergiu e foi capaz de se instaurar de maneira tão rápida e totalizante.

Das características mais marcantes de Gilead, destacam-se a perda total de direitos de todas as mulheres, e a perseguição sistemática de tudo e todos aqueles que se diferenciam de um ideal branco, heterossexual, monogâmico e “em congruência com a ordem Divina” (ATWOOD, 2019, p. 193). As mulheres “[...] possuíam cérebros menores, incapazes de formar pensamentos mais amplos, segundo a Tia Vidala [...]” (ATWOOD, 2019, p. 27); além disso, são consideradas categoricamente diferentes dos homens, como seres irracionais que não pensam, apenas reagem a estímulos externos, “dando assim uma aparência de respaldo científico e natural a uma hierarquia de valor humano” (STANLEY, 2018, p. 16). Ademais, passam a ser divididas em categorias: *Esposas* são aquelas que casam com Comandantes, pertencendo à classe dominante de Gilead; *Tias* é a classe de mulheres disciplinadoras; *Marthas* são as mulheres que fazem as tarefas domésticas para as Esposas, em regime de escravidão; *Econoesposas* são as esposas de civis; e, por fim, *Aias* são as poucas mulheres ainda férteis, submetidas à reprodução obrigatória. Essas últimas ilustram a instrumentalização total da mulher. As *Aias* perdem seu nome próprio e assumem um patronímico

temporário em cada casa de Comandantes a quem são obrigadas a fornecer suas funções reprodutivas.

A base para tal tratamento e, como um todo, para a ordem social e política de Gilead, dá-se por meio de uma interpretação fundamentalista do Antigo Testamento da Bíblia. A título de exemplo, a partir de certos trechos que sugerem que a mulher é propriedade do homem, Gilead proíbe legalmente todas as mulheres, independentemente da classe, de ser alfabetizadas, de possuir dinheiro e propriedade e, por fim, de ter controle sobre suas funções reprodutivas. A construção da categoria *Aia* possui suas origens nas passagens em que Raquel, esposa de Jacó, incapaz de lhe dar filhos, dá-lhe Bila como concubina (GÊNESIS 16:2).

A economia interna de Gilead parece ser baseada em um regime de servidão ou escravidão: não há uma noção de propriedade privada ou de estabelecimentos privados, pois tudo pertence à Gilead. Também não há transações financeiras ou circulação de dinheiro; o consumo de bens ou serviços é feito por uma espécie de *tickets*. Em Gilead, “não havia letreiros nas lojas — só figuras nas fachadas. Uma bota, um peixe, um dente” (ATWOOD, 2019, p. 293) — as mulheres que eram alfabetizadas, deveriam agir como se não fossem.

3 Reconstruindo o período pré-Gilead

Em ambas as narrativas de Atwood (2017; 2019), Gilead apresenta-se como um regime fascista totalitário estabelecido, que tem como objetivo colonizar e regular todas as esferas da vida. A partir de alguns trechos que narram e refletem sobre o período pré-Gilead, é possível traçar apontamentos sobre o contexto que possibilitou a ascensão do regime fascista.

Como poderia uma democracia constitucional bem consolidada como os Estados Unidos da América se tornar uma república baseada nas *Sagradas Escrituras*? Essa pergunta assombra as narrativas e é respondida, parcialmente, nas confissões da Tia Lydia. É provável que essa pergunta não possua uma resposta única, uma vez que toda transformação dessa magnitude certamente

possui uma série de causas interligadas, com interações complexas e imprevisíveis. Mas a narrativa certamente sugere algumas causas.

Um dos marcos do estabelecimento da República de Gilead foi a suspensão da Constituição dos Estados Unidos após um atentado terrorista que matou o presidente do país e a maioria dos membros do Congresso Americano. O ataque foi orquestrado por um grupo autointitulado *Filhos de Jacob*, que, através do uso de milícias (recrutadas tanto por afinidade ideológica como por motivos contingenciais), assume o poder e se torna a classe dominante. Todavia, o processo que levou à constituição de Gilead parece ter sido iniciado muito antes, por meio de uma construção retórica moralista que se alimentava de instabilidades na ordem social, econômica e ambiental. Tia Lydia sintetiza:

Nesse meu país desaparecido, as coisas andavam mal fazia anos. Enchentes, incêndios, tornados, furacões, secas, faltas d'água, terremotos. De certas coisas havia demais, de outras coisas havia de menos. A infraestrutura decadente — por que alguém não desativou aqueles reatores atômicos antes que fosse tarde demais? A economia em declínio, o desemprego, a baixa natalidade. (ATWOOD, 2019, p. 76)

O contexto pré-Gilead, na perspectiva dessa personagem, figura como uma crise total: climática, de abastecimento, com desastres atômicos provocados por erro humano, e desemprego. Dentre esses aspectos escatológicos, destaca-se a baixa natalidade, pois desempenha um papel centralizador na ordem social de Gilead: apresenta-se como uma ameaça à sobrevivência da espécie e, por conseguinte, à possibilidade de pensar o futuro da nação.

É focalizando na baixa natalidade que se torna possível construir, ao longo do tempo, um discurso que encontra na mulher um bode-expiatório, ou seja, um receptáculo da culpa pelo caos social e econômico. Controlando-a, espera-se “expurgar-se de alguma depravação secreta” (ARENDT, 2012, p. 136). Em Gilead, somente as mulheres podem ser inférteis; proibidas por lei, elas não podem sugerir que um homem seja estéril (ATWOOD, 2017). A base para tal afirmação é explicitamente não-científica, mas parte de um campo discursivo em que as mulheres escolhem não engravidar e “cumprir seu destino”. Segundo o Comandante Judd, uma das figuras centrais do regime, a “[...] taxa de natalidade, por diversos motivos, mas principalmente porque as mulheres optaram pelo egoísmo, está em queda livre” (ATWOOD, 2019, p. 192). Para o personagem, a

queda da natalidade está associada a fatores como o desejo das mulheres de entrar no mercado de trabalho, ou a simples falta de vontade de ser mãe.

É evidente a construção de um inimigo que não se reduz apenas às mulheres: há em jogo o que Jason Stanley (2018, p. 15) chama de uma típica política fascista de “dividir a população em ‘nós’ e ‘eles’”, a qual é mobilizada para construir a noção de povo de Gilead; nas palavras do Comandante Judd, “[...] digamos que quem não é por *nós*, está contra *nós*” (ATWOOD, 2019, p. 19, grifo nosso). Em suas confissões, Tia Lydia reflete que “toda mudança de governo pela força é seguida de um movimento para esmagar a oposição. A oposição é liderada por pessoas instruídas, logo quem tem instrução é eliminado primeiro” (ATWOOD, 2019, p. 130).

Não apenas quem se opõe abertamente é *perseguido* e *morto*, mas qualquer sujeito desviante da norma — a saber: minorias raciais (afrodescendentes são “deportados” para a África, judeus são “repatriados”), minorias religiosas (inclusive os cristãos que não aderiram à Gilead, principalmente os católicos) e minorias sexuais. As mulheres lésbicas são chamadas de não-mulheres, e qualquer sujeito que não seja heterossexual e praticante é considerado traidor do gênero. A política genocida de Gilead é explícita, e já nos seus primeiros dias utiliza execuções públicas com o intuito de servir de alerta para a população.

Como argumenta Christopher Zurn (2018, p. 3), “a fábula moral [que] continua ao pintar o povo como o unicamente puro e acima de reprovação” também precisa caracterizar aqueles sujeitos que não se encaixam nessa categoria, o antipovo são os “impuros, não-autênticos, falsos, maléficos ou corruptos”³. Em Gilead, a construção do antipovo precede a do povo. O povo é construído a partir de sua suposta exterioridade e estabelece seus limites não a partir de um conteúdo próprio, pois a correspondência com a *ordem divina* dentro do regime não possui um conteúdo fixo. Ele é relacional, se limita a partir de sua antítese, o antipovo, e é politizado, um instrumento que serve aos interesses do regime.

³ Do original, “The moral fable continues by painting the people as alone pure and above reproach” e “Impure, inauthentic, fake, evil, or corrupt”.

O antipovo de Gilead corresponde a todos aqueles que não se adequam ao ideal normativo de sujeito altamente regulado e restrito em Gilead, e aqueles que, de alguma forma, opõem-se ao regime. Em *Corpos que importam*, Judith Butler (2019, p. 12) afirma que “tais restrições não só produzem o domínio dos corpos inteligíveis, mas também produzem um domínio de corpos impensáveis, abjetos, inabitáveis [...], oposições, são, afinal, parte da inteligibilidade”. Não é possível pensar em um povo sem seu exterior constitutivo, o antipovo.

O que liga o status da mulher ao antipovo de Gilead são as estratégias usadas para desumanizar esses sujeitos. Esses grupos abjetos são, segundo o regime, “os frutos do excesso de permissividade, do excesso de cobiça por bens materiais, e da ausência de estruturas significativas que levam a uma sociedade equilibrada e estável” (ATWOOD, 2019, p. 192). Isto é, são culpados por uma suposta degeneração de certos valores anteriores que, considerando os grupos perseguidos, gravitam em torno da supremacia branca e do homem. Esse discurso se difunde e se propaga no período pré-Gilead de modo discreto, por meio de propagandas conservadoras e de *dog-whistle*⁴, que ocultam “os objetivos claramente problemáticos [...] mascarando-os com ideais amplamente aceitos” (STANLEY, 2018, p. 37). Em torno da infertilidade das mulheres, constrói-se paulatinamente um discurso de culpa: o *egoísmo* por parte delas é uma espécie de traição à vontade divina de povoar o mundo. Para o regime, a mulher que não deseja ter filhos é uma traidora da nação, uma criminosa que não cumpre seu papel na reprodução social.

Tanto por meio de propaganda como de um anti-intelectualismo, características tradicionalmente encontradas em regimes fascistas (STANLEY, 2018), a narrativa sugere que as mudanças na opinião pública foram graduais e imperceptíveis, como Tia Lydia relata de sua experiência:

A minha vida poderia ter sido muito diferente. Quem me dera ter simplesmente olhado ao meu redor, prestado atenção no quadro geral. Quem me dera ter feito as malas com a antecedência necessária, como algumas fizeram, e deixado o país — o país que eu ainda acreditava, ingenuamente, continuar sendo o mesmo a que eu pertencera por tantos anos. [...]. Você não acredita que o céu está caindo até que um pedaço dele caia em cima de você. (ATWOOD, 2019, p. 76)

⁴ *Dog Whistle* é o uso de linguagem codificada em mensagens políticas com o objetivo de criar um duplo sentido que apenas um público específico seja capaz de compreender (SAFIRE, 2008).

O discurso de culpa e responsabilização, de *nós contra eles*, enraíza-se na sociedade pré-Gilead, acabando por “limita[r] a capacidade de empatia entre outros cidadãos, levando à justificação do tratamento desumano, da repressão da liberdade, da prisão em massa e da expulsão e até, em casos extremos, do extermínio generalizado” (STANLEY, 2018, p. 15). Mas, como mencionado acima, esse discurso mascara seus objetivos mais truculentos, possibilitando que certos sujeitos sejam por ele capturados sem de fato possuírem um alinhamento ideológico fascista. Ao considerar que o período pré-Gilead corresponde a uma democracia constitucional, e, assim sendo, ainda conta com grande parte da população favorável a ideais democráticos de tolerância e igualdade, faz-se necessário compreender como a narrativa apresenta essa transposição.

Quando a personagem Tia Lydia reflete sobre o período marcado pela crise total, sua lembrança é atravessada por certos afetos: “As pessoas ficaram com *medo*. Depois elas ficaram com *raiva*. A falta de soluções viáveis. A busca por um bode expiatório” (ATWOOD, 2019, p. 76, grifo nosso). Medo e raiva são afetos cruciais para compreender a mudança da opinião pública e como foi possível capturar sujeitos que, até então, subscreviam-se aos ideais democráticos.

Jason Stanley (2018, p. 102) destaca o papel de certos afetos na produção de uma propaganda fascista, que são manipulados retoricamente e “transformado[s] em vitimização e ressentimento e explorado[s] para justificar formas de opressão passadas, atuais ou novas”. Esses afetos são direcionados contra certos grupos considerados culpados pela situação presente. As narrativas de Atwood (2017; 2019) parecem concordar com essa cronologia: primeiro, instala-se uma crise total e, na falta de soluções, a raiva e o medo proliferam rapidamente pela população. Estes afetos que afloram só precisam de um direcionamento: na narrativa, ambos são mobilizados para convencer a população de que a responsabilidade da crise é daqueles sujeitos abjetos, considerados imorais e gananciosos, que não pertencem ao *nós*, ao povo. Eles são, então, transformados em bode-expiatório.

A propaganda fascista de Gilead conseguiu com sucesso traduzir medo e raiva — que poderiam ser legítimos, já que se deram em meio à crise — em ressentimento e vitimização para uma parte significativa da população. Assim, esses afetos são gradualmente preenchidos de conteúdo xenofóbico, racista,

homofóbico e misógino. Considerando o grupo que veio a ser o único detentor de direitos em Gilead, homens brancos heterossexuais, é possível apontá-los como o principal alvo dessa campanha ideológica.

Christopher Zurn (2018, p. 9), ao analisar a ascensão populista contemporânea, argumenta que “uma reação psicológica perene, provocada por décadas de mudanças em valores culturais, motiva ainda mais eleitores quando inflamados pelas recentes ameaças econômicas e mudanças demográficas”⁵. Isto é, as revoluções sociais ocorridas nas últimas décadas (como aceitação de minorias sexuais e étnicas, direitos humanos e igualdade de gênero) produziram uma espécie de *backlash* entre alguns setores da população, a saber, entre os “homens brancos, de gerações anteriores e por vezes de setores com menos acesso à educação” (ZURN, 2018, p. 9)⁶. Esses sujeitos, por conseguinte, possuem uma pré-disposição e são vulneráveis aos apelos de vitimização, capitalizados pela retórica de Gilead⁷. Sem serem necessariamente racistas e misóginos, são sujeitos que tiveram uma experiência de frustração — para alguns, possivelmente fundada em preconceito — ouvida e respondida. Tia Lydia reflete que, nos primeiros dias após o golpe, qualquer um (que fosse branco) poderia ser recrutado para entrar para as forças de Gilead, sendo possível ver homens jovens, mas também homens de meia-idade com barriga de cerveja: homens comuns, portanto, e não necessariamente veteranos de movimentos supremacistas (ATWOOD, 2019).

Não menos importante é pensar a dimensão intersubjetiva desse relato, pois essas emoções se apresentam também numa esfera social. Esses sujeitos que se veem experienciando frustrações e desrespeito reconhecem, em seus vizinhos e *semelhantes*, sentimentos compartilhados, assumindo, então, que tais sentimentos só podem ser legítimos. A teoria do reconhecimento elaborada por Axel Honneth (2009) parece bem adequada para pensar essa transposição da indignação individual e privada ao espaço coletivo e público, cujo objetivo é uma

⁵ Do original, “a perennial psychological reaction, provoked by decadal changes in cultural values, motivates even more voters when inflamed by recent threatening economic and demographic changes”.

⁶ Do original, “the older generation, white men, and less educated sectors”.

⁷ É preciso considerar que Gilead assumiu o poder através de um golpe paramilitar, e não por vias democráticas, conforme analisa Zurn (2018), mas as semelhanças são o suficiente para fornecer uma explicação convincente para a presente análise.

transformação social — seja ela legítima ou não —, que reivindique um reconhecimento mais completo. Nesse sentido, compreendemos que o reconhecimento possui dimensões tanto normativas como psicológicas em relação a uma consideração recíproca, em que o tipo de reconhecimento oferecido intersubjetivamente deve (normativamente) preencher as premissas básicas de uma determinada ordem social, como, por exemplo, de igualdade e respeito. O reconhecimento falho tem como consequência, portanto, negar ou não admitir aspectos do outro sujeito; diferentemente do não reconhecimento, que significa, de certo modo, invisibilizar a existência de certos indivíduos. O reconhecimento falho pode ocorrer na esfera intersubjetiva, manifestando-se, principalmente, em desrespeito; e também no âmbito institucional, como na diferença salarial entre gêneros (HONNETH, 2009).

As narrativas indicam que esses sujeitos em questão manifestam uma espécie de sentimento de reconhecimento falho que reivindica um reconhecimento mais completo, vinculando experiências pessoais a sentimentos políticos. Mas elas também demonstram que essas reivindicações não são legítimas ou justificáveis dentro de um campo democrático — em que igualdade e liberdade são normativamente valorizadas —, uma vez que possuem, sim, um teor tacitamente exclusionário.

A ambiguidade desses fenômenos dentro das narrativas expõe algumas nuances entre os sujeitos que se vinculam ao regime totalitário de Gilead, ou são, de alguma forma, seus cúmplices. Se, por um lado, pode-se pensar em alguns sujeitos sendo capturados por uma retórica sedutora que promete responder e até solucionar seus sentimentos políticos de descontentamento e desvalorização, por outro, ao trazer a teoria do reconhecimento elaborada por Honneth (2009), torna-se possível também compreender esses sujeitos não como reféns de uma retórica, completamente vulneráveis e suscetíveis a investimentos fascistas, mas como agentes políticos passíveis de responsabilização.

A narrativa de *Os Testamentos* (2019) fornece ainda outra explicação, mais detalhada e individualizada, para como Tia Lydia foi enredada no regime e passou a apoiá-lo. Esta explicação corrobora com a noção de agência ambígua, acima referida. Em suas confissões, ela relata o processo pelo qual passou para se transformar de uma juíza que acreditava “naquela papagaiada toda, a vida,

liberdade, democracia e dos direitos do indivíduo que [eu] absorvera feito esponja no curso de direito” (ATWOOD, 2019, p. 130), em uma das figuras mais importantes na legislação e regulação da mulher em Gilead, em oposição a tudo o que acreditava anteriormente.

A personagem não tenta se redimir ou buscar uma expiação para seus crimes, ela apresenta-se como uma pessoa que encarou a realidade do golpe e precisou tomar decisões baseadas em sua sobrevivência:

Eu fiz escolhas e, uma vez feitas, isso me deixava menos escolhas. Dois caminhos divergiam em um bosque amarelado, *e eu peguei o que a maioria dos viandantes pegava*. Estava pontilhado de cadáveres, como a maioria dos caminhos do gênero. *Mas como você percebeu, meu cadáver não está entre eles*. (ATWOOD, 2019, p. 76, grifo nosso)

O relato de Tia Lydia indica que, após o golpe de Estado, não se tratava mais de ser seduzido por uma propaganda fascista que manipulava afetos e parecia compreender as angústias mais profundas dos sujeitos que se sentiam esquecidos e diminuídos. Tratava-se de uma questão de sobrevivência, de não morrer social e fisicamente. Ela era juíza nos Estados Unidos quando foi sequestrada junto de outras juízas e advogadas e levada a um estádio de futebol. Lá, permaneceram dias: “Eles estavam nos reduzindo a bichos — bichos de cativeiro —, à nossa natureza animal. Estavam esfregando a nossa natureza animal na nossa cara. Para que nos considerássemos sub-humanas” (ATWOOD, 2019, p. 159). O processo de desumanização pelo qual passa a personagem, e tantas outras, é fundamental para compreender como esses sujeitos passaram a fazer parte do regime de Gilead no contexto imediatamente posterior ao golpe⁸.

A personagem permanece um período indefinido de tempo presa. A situação nos vestiários do estádio, transformados em prisão, torna-se rapidamente insalubre. Cheiros de suor, urina, fezes, menstruação e vômito preenchem todo o espaço. Durante as noites, o terror se manifestava no desaparecimento gradual das mulheres, levadas por homens vestidos com roupas militares. A lembrança da personagem ecoa a experiência da chegada aos campos de concentração, relatada por Primo Levi em *É isto um homem?*. A degradação

⁸ O apoio não foi unânime, provocando diversas guerras no território americano, que passou a se dividir em diversas repúblicas independentes e hostis à Gilead.

do sujeito transformado em menos do que humano, em objeto, em *Stuck*; as técnicas utilizadas, como a restrição alimentar, a insalubridade generalizada, a disponibilização de torneiras de água para o consumo com avisos de “água contaminada” (ATWOOD, 2019; LEVI, 1988).

O efeito da degradação e, posteriormente, da capitulação experienciados pela personagem não resulta, simplesmente, na negação de seu estatuto de pessoa humana e sujeito; resulta também em uma nova forma de circunscrever os termos pelos quais ela pode ser reconhecida como sujeito. Retomando Butler (2015), é com base em enquadramentos epistemológicos restritos e por normas que regulam e delimitam que o sujeito é reconhecido enquanto tal, enquanto vida vivida e preservável. Não se submeter a essas regulações, implica na possibilidade do não-reconhecimento e no risco de uma morte discursiva, social ou/e física.

Quando Tia Lydia afirma: “Eu era uma pessoa: perigava me tornar nenhuma” (ATWOOD, 2019, p. 164), a narrativa dramatiza o estreitamento dos termos possíveis da sujeição em Gilead. Enquanto a personagem não aceita esses termos, ela tem seu estatuto em risco, ou mesmo negado. Os termos dados à personagem são os de uma sujeição via subordinação, que se encena de forma violenta, humilhante e hierárquica, tendo como consequência “reinvocar e reinscrever uma relação estrutural de dominação” (BUTLER, 1997, p.18, tradução minha)⁹. Quando a violência parece cessar, ela é levada para o que foi, anteriormente, um hotel. Lá, tem acesso a banheiro e comida, após semanas no estádio (e dias em uma solitária). A personagem é, então, convocada a integrar o regime. Embora sua recusa certamente resultaria em sua execução, retrospectivamente, ela reflete: “Parecia que eu conseguia pensar de novo; parecia que eu conseguia pensar a palavra *eu*” (ATWOOD, 2019, p. 167, grifo da autora). O encontro com o Comandante Judd e sua oferta de integrar o regime figuram como uma cena de interpelação em que a reconhecem como um sujeito dentro de Gilead. Em outras palavras, integrar o regime era a única possibilidade dada a Tia Lydia de ser reconhecida como sujeito e de sobreviver em Gilead.

A capitulação da personagem é gradual, ainda que violenta. Sua adesão ao regime não é exatamente uma escolha livre; pelo contrário, sujeitar-se aos termos

⁹ Do original, “reinvokes and reinscribes a structural relation of domination”.

do regime, ela descreve, é sua única possibilidade de sobrevivência. Dito isso, na seguinte frase de Tia Lydia: “Ainda assim, pense só em quanto poderia ter sido pior se não fosse por mim” (ATWOOD, 2019, p. 125), há a sugestão de uma argumentação de mal “menor”. Conforme pondera Hannah Arendt em sua análise a respeito da responsabilidade individual sob uma ditadura, quando confrontado por dois males, o sujeito escolheria, seguindo seu argumento, o menor dos males¹⁰. Contudo, a autora reforça que “politicamente, a fraqueza do argumento sempre foi que aqueles que escolhem o mal menor esquecem muito rapidamente que escolhem o mal” (ARENDT, 2004, p. 99). Ou seja, de um modo ou de outro, aceita-se o mal. Mesmo menor, ele não perde seus atributos relativos à maldade. Por outro lado, o mal menor é sempre relacional e pode vir a ser maior, conforme se relaciona com outros sujeitos e situações. O mesmo acontece com Tia Lydia. No momento em que ela *escolhe* ingressar no regime, o mal pelo qual ela opta é o menor em relação a si, mas conforme o desenrolar da diegese, aquele que era menor pode — e, de fato, torna-se — maior. Cada escolha por um mal menor feita pela personagem a encaminha para um “estágio em que nada pior poderia possivelmente ter acontecido” (ARENDT, 2004, p. 99).

No entanto, o processo de instauração de Gilead é de uma violência extrema e desmedida, e o argumento do mal menor é constitutivo para o regime. De que outra forma, consoante Arendt (2004), seria possível continuar a condicionar os sujeitos a aceitar o mal frente às barbáries praticadas pelos Filhos de Jacob? Na ocasião de receber as roupas de Tia e confirmar seu papel no regime, Tia Lydia questiona: “Eu a vesti. Que mais eu poderia ter feito?” (ATWOOD, 2019, p. 167). Que escolha ela poderia ter, de fato, se a recusa a levaria à morte?

4 Considerações finais

Uma obra de ficção possui um status anfíbio, navegando entre a suspensão da descrença, mas também da crença. Ela comunica uma verdade para além da

¹⁰ Como, por exemplo, a entrega de “uma mulher para ser voltada para o bem de todas as mulheres” (ARENDT, 2004, p. 99).

possibilidade de verificação por um método científico, consequentemente, para além do binário verdadeiro ou falso. Ainda assim, é um conhecimento não menos importante, ou válido (GADAMER, 2015). Para Tomas Pavel (1975), o ato da leitura é antes a adoção temporária de uma perspectiva ontológica da obra literária, do que um confronto entre as possibilidades lógicas da narrativa e o mundo *real*. Ficções especulativas, como *Os Testamentos* e *O Conto da Aia*, exploram e apresentam novos mundos, semelhantes ao nosso em alguns pontos, mas nunca idênticos; são futuros utópicos ou distópicos, próximos ou distantes. Narrativas investigam possibilidades, mas também diagnosticam e alertam.

Ao longo do presente artigo, argumentamos sobre a sugestão da narrativa de que o contexto pré-Gilead é marcado por uma crise total de ordem global, a saber, uma crise climática, econômica e reprodutiva. Desse contexto, emergiram afetos como raiva e medo, os quais foram facilmente capturados por uma retórica fascista que os traduziu em ressentimento e vitimização com o objetivo de dividir a sociedade entre *nós* e *eles*. Essa fissura é paulatinamente aprofundada para construir a ideia de que há um povo incorruptível em oposição a um antipovo, degenerado, e que somente através do extermínio dessa população pode-se restabelecer a ordem social.

A leitura proposta para as narrativas de Atwood permite vislumbrar, de forma radical, o alerta do texto quanto aos possíveis resultados catastróficos de uma retórica fascista que traduz e instrumentaliza certos afetos para fomentar a percepção de que determinados sujeitos ou grupos estão sendo prejudicados por outros e que esses outros são os únicos responsáveis pela situação crítica generalizada. A advertência feita por Chantal Mouffe (2018) mostra-se urgente: é necessário fornecer um *vocabulário diferente*, que traduza as demandas daqueles que se sentem ressentidos e vitimizados — seja em decorrência de um fato legítimo ou não — em termos mais igualitários, “direcionado[s] contra outro adversário”, como, por exemplo, contra as medidas de austeridade e as oligarquias financeiras globais (MOUFFE, 2018, p. 34, tradução minha)¹¹. Nesse sentido, as narrativas ficcionais não se abstêm do debate político, apenas utilizam técnicas e estratégias diferentes daquelas da ciência política ou da filosofia.

¹¹ Do original, “directed towards another adversary”.

Por mais que certos sujeitos de fato possuam valores assentados em racismo, xenofobia, homofobia ou misoginia, outros sujeitos “são atraídos por tais partidos [ou retóricas] porque sentem que são os únicos que se importam com seus problemas” (MOUFFE, 2018, p. 34, tradução minha)¹². Em outras palavras, viabilizar uma linguagem diferente, que possa traduzir certos afetos e frustrações em outros termos, pode ser capaz de fazer com que múltiplos sujeitos encontrem outras formas de compreender suas experiências sociais.

Por fim, se a República de Gilead apresenta-se como um pesadelo, ela não está tão longe da realidade de muitos sujeitos: de mulheres, de minorias raciais e sexuais, dos mais pobres e vulneráveis. Embora o regime tenha sido instaurado por meio de um golpe terrorista, foi demonstrado que sua retórica já vinha sendo construída e articulada gradualmente, espalhando-se pouco a pouco e capturando partes da população. Para Finchelstein (2017), Cohen (2019), Zurn (2018) e Mouffe (2018), essas estratégias retóricas já estão sendo mobilizadas no presente, em maior ou menor grau, em países do Sul e do Norte global. Regimes sempre precisam de membros e apoiadores, ou pelo menos de sujeitos coniventes, pois não se sustentam sozinhos e não surgem da noite para o dia.

¹² Do original, “are attracted to those parties because they feel they are the only ones that care about their problems”.

Referências

- ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ATWOOD, Margaret. *O Conto da Aia*. Tradução de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- ATWOOD, Margaret. *Os Testamentos*. Tradução de Simone Campos. Rio de Janeiro: Rocco, 2019.
- BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única / Infância berlinense: 1900*. Edição e Tradução João Barrento. São Paulo: Autêntica, 2013.
- BÍBLIA Sagrada: edição pastoral. São Paulo: Paulus, 1998.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo edições, 2019.
- BUTLER, Judith. *Excitable speech: a politics of the performative*. Nova Iorque: Routledge, 1997.
- BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- COHEN, Jean. *Populism and the Politics of Resentment. Jus Cogen: A Critical Journal of The Philosophy of Law and Politics*, v. 1, n. 1, p. 5-39, sep. 2019.
- GADAMER, Hans-George. *Verdade e Método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Tradução de Flávio Paulo Meuer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa; apresentação de Marcos Nobre. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LEVI, Primo. *É isto um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1988.
- FINCHELSTEIN, Federico. *From Populism to Fascism in History*. Oakland: Un. California Press, 2017.
- MOUFFE, Chantal. *For a Left Populism*. London: Verso, 2018.

PAVEL, Thomas. 'Possible worlds' in literary semantics. *Journal of Aesthetics and Art Criticism*. V. 34, n. 2, p. 165-176, Winter 1975.

SAFIRE, William. *Safire's Political Dictionary Revised*. New York: Oxford University Press, 2008.

STANLEY, Jason. *Como funciona o Fascismo: a política do "nós" e "eles"*. Tradução de Bruno Alexander. Porto Alegre: LP&M, 2018.

ZURN, Christopher. *Populism, Polarization, and Misrecognition*. Julho de 2018. Disponível em:
https://www.academia.edu/39117472/Populism_Polarization_and_Misrecognition. Acesso em: 12 maio 2020.

Artigo recebido em 16 de março de 2020 e aceito em 5 de maio de 2020.